

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

Srs. Acionistas, em atendimento às disposições legais e estatutárias, a administração da TIM Celular S.A. apresenta, a seguir, as demonstrações financeiras da Companhia, com o parecer dos auditores independentes, referentes aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2016 e 2015. A Companhia encerrou o exercício de 2016 com lucro de R\$5.236 e patrimônio líquido de R\$15.892.119. Os membros da administração agradecem pelo apoio e pela confiança que lhes foi depositada e colocam-se à inteira disposição para prestar quaisquer esclarecimentos a respeito dos documentos acima mencionados.

**BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO**  
(Em milhares de reais)

Notas	2016	2015	
		Reapresentado (Nota 2.c)	01/01/2015 Reapresentado (Nota 2.c)
<b>ATIVO</b>			
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4 5.011.581	5.955.898	4.993.090
Títulos e valores mobiliários	5 4.799.953	599.414	-
Contas a receber de clientes	6 2.992.891	2.929.390	3.587.100
Estoques	7 143.934	141.720	264.033
Impostos e contribuições indiretos a recuperar	8 621.004	912.067	1.274.431
Impostos e contribuições diretos a recuperar	9 270.656	289.891	327.721
Despesas antecipadas	11 117.532	197.688	254.368
Operações com derivativos	38 82.454	608.915	47.541
Arrendamento mercantil financeiro	16 2.818	1.969	1.525
Outros valores a compensar	17 83.107	149.180	-
Outros ativos	174.573	121.735	187.941
	<u>9.980.493</u>	<u>11.907.867</u>	<u>10.940.750</u>
<b>Não Circulante</b>			
<b>Realizável a longo prazo</b>			
Títulos e valores mobiliários	5 -	-	41.025
Contas a receber de clientes	6 24.092	24.861	29.886
Impostos e contribuições indiretos a recuperar	8 796.044	750.052	508.096
Impostos e contribuições diretos a recuperar	9 200.899	170.520	162.959
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10 41.689	14.526	537.096
Depósitos judiciais	12 1.114.882	952.834	851.511
Despesas antecipadas	11 27.142	25.343	29.749
Operações com derivativos	38 134.468	490.659	463.157
Arrendamento mercantil financeiro	16 201.944	197.966	193.511
Partes relacionadas - mútuo (Nota 13)	13 301.730	301.730	301.269
Outros ativos	6.918	6.918	6.983
	<u>2.849.808</u>	<u>2.935.409</u>	<u>3.125.142</u>
Imobilizado	14 10.297.327	9.813.395	8.067.936
Intangível	15 10.169.875	9.471.753	8.831.476
	<u>23.317.010</u>	<u>22.220.357</u>	<u>20.024.554</u>
<b>Total do ativo</b>	<u>33.297.503</u>	<u>34.128.424</u>	<u>30.965.304</u>

Notas	2016	2015	
		Reapresentado (Nota 2.c)	01/01/2015 Reapresentado (Nota 2.c)
<b>PASSIVO</b>			
<b>Circulante</b>			
Fornecedores	18 3.894.490	4.043.142	5.562.854
Empréstimos e financiamentos	20 1.123.309	2.304.587	1.260.089
Arrendamento mercantil financeiro	16 96.604	38.592	3.642
Operações com derivativos	38 36.163	109.512	67.044
Obrigações trabalhistas	21 200.651	190.082	198.719
Impostos, taxas e contribuições indiretos a recolher	21 432.752	483.054	636.968
Impostos, taxas e contribuições diretos a recolher	22 325.873	191.992	155.318
Dividendos a pagar	26 134.606	469.013	385.835
Autorizações a pagar	19 486.494	467.687	493.169
Receitas diferidas	23 799.272	1.028.899	976.184
Outros passivos	39.111	38.532	28.926
	<u>7.569.125</u>	<u>9.365.102</u>	<u>9.768.768</u>
<b>Não Circulante</b>			
Empréstimos e financiamentos	20 5.530.838	5.535.707	5.387.341
Arrendamento mercantil financeiro	16 1.705.634	1.579.914	326.027
Operações com derivativos	38 45.310	-	-
Impostos, taxas e contribuições indiretos a recolher	21 112	193	94
Impostos, taxas e contribuições diretos a recolher	22 258.840	243.151	229.027
Provisão para processos judiciais e administrativos	24 335.675	286.949	270.249
Plano de pensão e outros benefícios pós-emprego	1 1.586	1.275	645
Provisão para futura desmobilização de ativos	25 21.726	31.609	286.275
Autorizações a pagar	19 900.138	690.285	879.012
Receitas diferidas	23 1.035.391	1.060.285	85.210
Outros passivos	1.009	1.026	1.046
	<u>9.836.259</u>	<u>9.410.304</u>	<u>7.464.926</u>
	<u>17.405.384</u>	<u>18.775.406</u>	<u>17.233.694</u>
<b>Total do passivo</b>			
<b>Patrimônio líquido</b>			
Capital social	9.434.216	9.434.216	9.434.216
Reservas de capital	1.180.849	1.058.683	961.846
Ajustes de avaliação patrimonial	(2.276)	(841)	(425)
Reservas de lucros	5.279.300	4.860.950	3.335.973
	<u>15.892.119</u>	<u>15.353.018</u>	<u>13.731.610</u>
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<u>15.892.119</u>	<u>15.353.018</u>	<u>13.731.610</u>
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>	<u>33.297.503</u>	<u>34.128.424</u>	<u>30.965.304</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
(Em milhares de reais)

Capital social	Reservas de lucros		Dividendo adicional proposto	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
	Reserva legal	Retenção de lucros				
9.434.216	961.846	447.837	3.258.156	(425)	-	14.101.630
			(370.020)			(370.020)
9.434.216	961.846	447.837	2.888.136	(425)		13.731.610
					2.072.816	2.072.816
					14.297	14.297
					2.087.113	2.087.113
				(416)		(416)
				(416)	2.087.113	2.086.697
		3.724				3.724
					(103.641)	(103.641)
					(469.013)	(469.013)
				20.000	(20.000)	-
		93.123			(83.123)	-
			1.401.336		(1.401.336)	-
			1.401.336	20.000	(2.087.113)	(465.289)
9.434.216	1.058.693	551.478	4.289.472	20.000	(841)	15.353.018
						691.236
						(204)
					(1.231)	(1.231)
					(1.435)	691.236
						689.801
		3.906				3.906
					(34.562)	(34.562)
					(134.606)	(134.606)
				20.000		(20.000)
				45.000		(45.000)
					(118.250)	(118.250)
					(358.818)	(358.818)
					(691.236)	(691.236)
						(150.700)
9.434.216	1.180.849	586.040	4.648.290	45.000	(2.276)	15.892.119

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA**  
EM 31 DE DEZEMBRO  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

2016	2015	
		Reapresentado (Nota 2.c)
<b>Atividades operacionais</b>		
Lucro antes do IR e CSSL	935.338	2.994.021
<b>Ajustes para reconciliar o resultado ao caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:</b>		
Depreciação e amortização	3.615.142	3.199.327
Valor residual de ativos imobilizados e intangíveis baixados	(44.036)	(1.210.980)
Valor residual de ativos imobilizados e intangíveis baixados	15.928	11.702
Juros das obrigações decorrentes de desmobilização de ativos	1.146	3.961
Provisão para processos administrativos e judiciais (Nota 23)	378.706	343.487
Atualização monetária sobre depósitos judiciais e processos administrativos e judiciais	47.195	29.382
Juros e variação monetária e cambial sobre empréstimos e outros ajustes financeiros	612.264	734.326
Juros de leasing a pagar	246.280	145.274
Juros de leasing a receber	(25.756)	(24.045)
Perdas por créditos de liquidação duvidosa (Nota 6)	258.237	229.993
Opções de compra de ações (Nota 26)	3.906	3.724
	6.047.950	6.160.172
<b>Redução (aumento) dos ativos operacionais:</b>		
Contas a receber de clientes	(286.828)	5.617.670
Impostos e contribuições a recuperar	233.837	168.013
Estoques	(2.214)	122.313
Despesas antecipadas	78.366	61.087
Depósitos judiciais	(109.734)	(57.883)
Outros ativos	25.950	(75.202)
<b>Aumento (redução) dos passivos operacionais:</b>		
Obrigações trabalhistas	10.569	(8.638)
Fornecedores	(170.214)	(1.706.044)
Impostos, taxas e contribuições	(200.950)	(501.240)
Pagamentos de processos judiciais e administrativos	(405.469)	(419.609)
Autorizações a pagar	199.163	(247.806)
Receitas diferidas	(324.043)	25.397
Outros passivos	(150.428)	(126.768)
	<b>4.941.933</b>	<b>4.203.462</b>
<b>Atividades de investimentos</b>		
Ativos financeiros ao valor justo	119.460	(558.389)
Adições ao imobilizado e intangível	(4.423.857)	(4.598.350)
Caixa recebido na venda de ativo imobilizado	133.706	2.498.421
	<b>(4.170.689)</b>	<b>(2.658.317)</b>
<b>Atividades de financiamentos</b>		
Novos empréstimos	1.304.492	1.262.251
Amortização de empréstimos	(2.657.559)	(1.681.754)
Pagamento/recebimento de leasing financeiro	(178.818)	(82.092)
Operações com derivativos	305.337	304.994
Dividendos pagos	(489.013)	(385.835)
	<b>(1.715.561)</b>	<b>(582.336)</b>
<b>Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa</b>		
	<b>(944.317)</b>	<b>962.808</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício (Nota 4)</b>		
	<b>5.955.898</b>	<b>4.993.090</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício (Nota 4)</b>		
	<b>5.011.581</b>	<b>5.955.898</b>

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA**  
EM 31 DE DEZEMBRO  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

2016	2015	
		Reapresentado (Nota 2.c)
<b>Atividades operacionais</b>		
Lucro antes do IR e CSSL	935.338	2.994.021
<b>Ajustes para reconciliar o resultado ao caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:</b>		
Depreciação e amortização	3.615.142	3.199.327
Valor residual de ativos imobilizados e intangíveis baixados	(44.036)	(1.210.980)
Valor residual de ativos imobilizados e intangíveis baixados	15.928	11.702
Juros das obrigações decorrentes de desmobilização de ativos	1.146	3.961
Provisão para processos administrativos e judiciais (Nota 23)	378.706	343.487
Atualização monetária sobre depósitos judiciais e processos administrativos e judiciais	47.195	29.382
Juros e variação monetária e cambial sobre empréstimos e outros ajustes financeiros	612.264	734.326
Juros de leasing a pagar	246.280	145.274
Juros de leasing a receber	(25.756)	(24.045)
Perdas por créditos de liquidação duvidosa (Nota 6)	258.237	229.993
Opções de compra de ações (Nota 26)	3.906	3.724
	6.047.950	6.160.172
<b>Redução (aumento) dos ativos operacionais:</b>		
Contas a receber de clientes	(286.828)	5.617.670
Impostos e contribuições a recuperar	233.837	168.013
Estoques	(2.214)	122.313
Despesas antecipadas	78.366	61.087
Depósitos judiciais	(109.734)	(57.883)
Outros ativos	25.950	(75.202)
<b>Aumento (redução) dos passivos operacionais:</b>		
Obrigações trabalhistas	10.569	(8.638)
Fornecedores	(170.214)	(1.706.044)
Impostos, taxas e contribuições	(200.950)	(501.240)
Pagamentos de processos judiciais e administrativos	(405.469)	(419.609)
Autorizações a pagar	199.163	(247.806)
Receitas diferidas	(324.043)	25.397
Outros passivos	(150.428)	(126.768)
	<b>4.941.933</b>	<b>4.203.462</b>
<b>Atividades de investimentos</b>		
Ativos financeiros ao valor justo	119.460	(558.389)
Adições ao imobilizado e intangível	(4.423.857)	(4.598.350)
Caixa recebido na venda de ativo imobilizado	133.706	2.498.421
	<b>(4.170.689)</b>	<b>(2.658.317)</b>
<b>Atividades de financiamentos</b>		
Novos empréstimos	1.304.492	1.262.251
Amortização de empréstimos	(2.657.559)	(1.681.754)
Pagamento/recebimento de leasing financeiro	(178.818)	(82.092)
Operações com derivativos	305.337	304.994
Dividendos pagos	(489.013)	(385.835)
	<b>(1.715.561)</b>	<b>(582.336)</b>
<b>Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa</b>		
	<b>(944.317)</b>	<b>962.808</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício (Nota 4)</b>		
	<b>5.955.898</b>	<b>4.993.090</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício (Nota 4)</b>		
	<b>5.011.581</b>	<b>5.955.898</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Divulgação das informações suplementares das transações não monetárias e outras encontram-se na Nota 42.

**3. Estimativas e julgamentos críticos na aplicação das políticas contábeis da Companhia**  
As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados. Os mesmos baseiam-se na experiência histórica da Companhia e em outros fatores, tais como as expectativas de eventos futuros, considerando as circunstâncias presentes na data-base das demonstrações financeiras.  
Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para os próximos exercícios financeiros, estão contempladas a seguir.  
**(a) Perda por redução ao valor recuperável (impairment) de ativos não financeiros**  
Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de venda é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descurtar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do plano de negócios da Companhia. Por se tratar de um business contínuo, a partir do quinto ano de projeção foi estimada uma perpetuidade de crescimento nominal dos fluxos de caixa.  
Eventuais atividades de reorganização com as quais a Companhia não esteja comprometida na data-base de apresentação das demonstrações financeiras ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste são excluídos para fins de teste de impairment.  
O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento de receitas e despesas utilizadas para fins de extrapolação. Condições econômicas adversas podem fazer com que estas premissas sofram alterações significativas.  
Os principais ativos não financeiros para os quais foi feita esta avaliação são os ajustes fundamentados em rentabilidade futura registrados pela Companhia (nota 15), sendo que não foi identificado nenhuma necessidade de ajuste por impairment em 31 de dezembro de 2016.  
**(b) Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)**  
O imposto de renda e a contribuição social (corrente e diferido) são calculados de acordo com interpretações da legislação em vigor.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015**  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	2016	2015
Serviços faturados	1.086.785	931.680
Serviços a faturar	602.336	617.030
Uso de rede	702.157	602.250
Venda de mercadorias	956.056	1.120.449
Outras contas a receber	2.797	2.790
Perdas por créditos de liquidação duvidosa	3.350.131	3.274.199
	(333.148)	(319.948)
Parcela circulante	3.016.983	2.954.251
Parcela não circulante	(2.992.891)	(2.929.390)
	24.092	24.861

A movimentação das perdas por créditos de liquidação duvidosa, controladas como conta regularizadora de ativo, foi como segue:

	2016	2015
Saldo inicial	319.948	338.069
Constituição de provisão	258.237	229.993
Baixas da provisão	(245.037)	(248.114)
Saldo final	333.148	319.948

A idade das contas a receber apresenta-se como segue:

	2016	2015
A vencer	2.307.674	2.123.148
Vencidos até 30 dias	222.565	153.479
Vencidos de 60 dias	101.912	48.691
Vencidos até 90 dias	293.205	558.653
Vencidos a mais de 90 dias	424.775	390.228
	3.350.131	3.274.199

**7. Estoques**  
Estoques são apresentados ao custo médio de aquisição. Uma perda é reconhecida para ajustar o custo de aparelhos e acessórios ao valor líquido realizável (valor de venda), quando este valor for menor que o custo médio de aquisição.

	2016	2015
Aparelhos celulares e tablets	132.657	123.664
Acessórios e cartões pré-pagos	18.115	19.762
TIM chips	13.114	12.170
	154.886	155.596
Perdas para ajuste ao valor de realização	(20.152)	(13.870)
	143.934	141.726

**8. Impostos e contribuições indiretos a recuperar**

	2016	2015
Reapresentado (Nota 2.c)		
1.384.728	1.631.450	
32.320	30.669	
1.417.048	1.662.119	
(621.004)	(617.067)	
	790.044	

Os valores de ICMS (Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços) a recuperar basicamente são compostos (i) pelos créditos sobre as aquisições de ativos imobilizados diretamente relacionadas à prestação de serviço de telecomunicações (crédito parcelado em 48 meses) e (ii) por valores de ICMS substituição tributária das operações relacionadas às mercadorias adquiridas para revenda, principalmente os aparelhos celulares, chips, tablets e modems comercializados pela TIM.

**9. Impostos e contribuições diretos a recuperar**

	2016	2015
Reapresentado (Nota 2.c)		
Imposto de renda e contribuição social (i)	404.156	173.984
PIS / COFINS (ii)	18.692	208.959
Outros	48.707	77.468
	471.555	460.411
Parcela circulante	(270.656)	(293.891)
Parcela não circulante	200.889	170.520

(i) Os valores de imposto de renda e contribuição social correspondem a pagamento das antecipações do Imposto de Renda e Contribuição Social no ano. A Companhia alterou a sua opção de pagamento trimestral para anual, vide nota 22.

(ii) Os valores de PIS/COFINS a recuperar referem-se: (i) aos créditos oriundos de processo judicial com decisão favorável definitiva, que discuta a inconstitucionalidade da aplicação da base de cálculo do PIS e da COFINS instituída pela Lei nº 7.718/98; (ii) a créditos relacionados à compra de estoques de mercadorias para revenda, basicamente aparelhos celulares, tablets e modems; e (iii) a créditos calculados sobre bens e serviços utilizados como insumos, conforme legislação pertinente.

**10. Imposto de renda e contribuição social diferidos**

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre (1) os prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social acumulados e (2) as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e contábeis e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O imposto de renda diferido é determinado usando-se as alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, até a data do balanço. Mudanças posteriores nas alíquotas de imposto ou na legislação fiscal podem alterar os valores dos saldos de impostos diferidos, tanto ativos como passivos.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente sob a hipótese de histórico de lucratividade e/ou quando as projeções anualmente preparadas pela Companhia, e aprovadas pelos órgãos da Administração, indiquem que seja provável a realização futura de tais créditos fiscais.

Os saldos de impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo valor líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos estão apresentados pelo saldo líquido.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, as alíquotas vigentes foram de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Os impostos diferidos também consideram os incentivos fiscais apresentados na Nota 34.

Os valores contabilmente registrados são os seguintes:

	2016	2015
Prejuízo fiscal	172.694	266.236
Base negativa de contribuição social	75.717	109.391

**Diferenças temporárias**

	2016	2015
Perdas por créditos de liquidação duvidosa	120.096	111.612
Provisão para processos judiciais e administrativos	114.068	90.701
Ajuste a valor presente - licença 3G	13.008	14.950
Imposto de renda diferido sobre ajustes CPC's:		
Depreciação obrigações decorrentes de desmobilização de ativos	4.055	6.482
Atualização monetária sobre obrigações decorrentes de desmobilização de ativos	3.970	4.363
Encargos financeiros capitalizados	174	499
Encargos sobre autorizações	1	387
Ativo Infraestrutura LT Amazonas	16.144	11.022
Efeito de incorporação - TIM Fibras	599	770
Provisão para participação dos empregados	25.392	15.405
Tributos com exigibilidade suspensa	12.872	12.872
Ágio amortizado - TIM Fiber	(328.152)	(264.639)
Operações com derivativos	(46.053)	(336.621)
Juros capitalizados 4G	(173.408)	(84.571)
Outros	30.512	55.847
	41.689	14.526

A Companhia, com base em histórico de lucratividade e fundamentada em projeções de resultados tributáveis futuros, reconheceu os créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre a totalidade de seus prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias.

Com base nestas projeções, a Companhia possui a seguinte expectativa de recuperação dos créditos:

	2017	2018
Prejuízos fiscais e base negativa	120.878	127.534
Diferenças temporárias	248.412	(206.723)
<b>Total créditos a recuperar</b>	<b>41.689</b>	

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram calculadas levando-se em consideração premissas financeiras e não financeiras. Tais depósitos referem-se, principalmente, às seguintes discussões:

(i) Acréscimo de 2% de alíquota do ICMS em razão do Fundo de Erradicação da Pobreza (FECP) no Estado da Bahia relativamente aos serviços de telefonia pré paga prestados pela Companhia. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$ 87.093 (R\$80.205 em 31 de dezembro de 2015).

(ii) Aproveitamento de crédito na aquisição de energia elétrica diretamente empregada no processo produtivo das companhias, matéria com valor positivo no judiciário. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$67.697 (R\$64.968 em 31 de dezembro de 2015).

(iii) Incidência da CPMF sobre operações de conversão de empréstimos em capital próprio da sociedade, reconhecimento do direito ao não recolhimento da contribuição supostamente incidente sobre a simples mudança de titularidade de contas correntes em razão de incorporação. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$33.489 (R\$31.450 em 31 de dezembro de 2015).

(iv) Constitucionalidade da cobrança da Taxa de Fiscalização do Funcionamento (TFF) por autoridades municipais de localidades diversas. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$13.542 (R\$11.450 em 31 de dezembro de 2015).

(v) Não homologação de compensação de débitos federais com créditos de Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) pela suposta insuficiência de créditos, bem como o depósito realizado para fins de liberação de Certidão Negativa de Débitos. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$10.036 (R\$9.340 em 31 de dezembro de 2015).

(vi) Incidência de ISS sobre serviços de importação e de terceiros; suposta falta de recolhimento relativamente à limpeza de terreno e serviço de manutenção de ERB (Estação Rádio Base), ao ISS próprio, ao ISS incidente sobre serviços de Co-billing e no licenciamento de software (blackberry). Garantia do direito de aproveitamento do benefício da denúncia espontânea e busca pelo afastamento das multas confiscatórias no caso de pagamento em atraso. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$6.453 (R\$5.524 em 31 de dezembro de 2015).

(vii) Serviços acessórios previstos no Convênio 69/98 ICMS incidente sobre prestações de serviços de comunicação dos valores cobrados a título de acesso, adesão, ativação, habilitação, disponibilidade, assinatura e utilização dos serviços, dentre outros. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$5.745 (R\$5.479 em 31 de dezembro de 2015).

(viii) Denúncia espontânea de débitos tributários e de consequente exclusão de cobrança de multa moratória. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$4.222 (R\$4.001 em 31 de dezembro de 2015).

**13. Partes relacionadas - mútuo**

A Companhia (mutuante) possui operações de mútuo (partes relacionadas) com a Intelig Telecomunicações Ltda. (mutuária), sendo que o saldo scaduto em 31 de dezembro de 2016 correspondia à R\$301.730 (R\$301.730 em 2015).

Basicamente, os mútuos realizados visam a financiar a necessidade de caixa da Intelig na aquisição de itens dos ativos imobilizados e intangíveis. As operações não envolvem a cobrança de encargos financeiros e possuem vencimento no exercício de 2018.

**14. Imobilizado**

O imobilizado é demonstrado pelo custo de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada e de provisão para impairment (esta última, se aplicável). A depreciação é calculada pelo método linear, por prazos que levam em consideração a expectativa de vida útil dos bens e seu valor residual.

Os custos estimados na desmontagem de torres e equipamentos em imóveis alugados são capitalizados e depreciados pelo prazo estimado de utilização. A Companhia reconhece no imobilizado, em contrapartida ao passivo "provisão para futura desmobilização de ativos", o valor presente destes custos. Os juros incorridos pela atualização da provisão são classificados como despesas financeiras.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação entre os valores destas alienações e o valor contábil no momento da transação e são reconhecidos em "outras receitas (despesas) operacionais, líquidas", na demonstração do resultado.

**(a) Movimentação do imobilizado**

	Saldo em 2015	Adições	Baixas	Transfe-rências	Saldo em 2016
<b>Custo do Imobilizado Bruto</b>					
Equipamentos de comutação / transmissão	15.454.154	-	(56.805)	1.087.405	16.484.754
Cabos de fibra ótica	74.500	-	(19)	34.937	109.418
Aparelhos em comodato	1.952.078	7	(26.089)	145.338	2.071.334
Infraestrutura	4.760.025	107.828	(127.458)	345.021	5.085.416
Bens de informática	1.458.759	-	(2.116)	54.228	1.510.871
Bens de uso geral	614.993	-	(24.042)	48.366	639.337
Terenos	31.146	-	-	-	31.146
Obras em andamento	1.106.419	2.376.532	31.950	(1.715.315)	1.799.596
<b>Total Imobilizado Bruto</b>	<b>25.452.074</b>	<b>2.484.387</b>	<b>(204.579)</b>	-	<b>27.731.862</b>
<b>Depreciação acumulada</b>					
Equipamentos de comutação / transmissão	(10.323.239)	(1.298.926)	50.210	-	(11.571.955)
Cabos de fibra ótica	(8.831)	(9.163)	3	-	(17.991)
Aparelhos em comodato	(1.783.940)	(136.261)	14.974	-	(1.905.227)
Infraestrutura	(1.838.263)	(400.298)	75.834	-	(2.162.727)
Bens de informática	(1.262.043)	(77.086)	2.074	-	(1.337.055)
Bens de uso geral	(422.363)	(38.070)	20.853	-	(439.580)
<b>Total Depreciação Acumulada</b>	<b>(15.638.679)</b>	<b>(1.959.804)</b>	<b>163.948</b>	-	<b>(17.434.535)</b>
<b>Imobilizado líquido</b>					
Equipamentos de comutação / transmissão	5.130.915	(1.298.926)	(6.595)	1.087.405	4.912.799
Cabos de fibra ótica	65.669	(9.163)	(16)	34.937	91.427
Aparelhos em comodato	168.138	(136.254)	(11.115)	145.338	166.107
Infraestrutura	2.921.762	(292.470)	(51.624)	345.021	2.922.689
Bens de informática	196.716	(77.086)	(42)	54.228	173.816
Bens de uso geral	192.630	(38.070)	(3.189)	48.366	199.757
Terenos	31.146	-	-	-	31.146
Obras em andamento	1.106.419	2.376.532	31.950	(1.715.315)	1.799.596
<b>Total Imobilizado Líquido</b>	<b>9.813.395</b>	<b>524.563</b>	<b>(40.631)</b>	-	<b>10.297.327</b>

Os valores no período incluem o efeito total de R\$29.114 (2015 - R\$451.084), decorrente da baixa relativa à venda das torres e a aquisição no montante de R\$92.835 (2015 - R\$1.244.803) referente ao valor dos ativos retro arrendados (*Sale and Leaseback*).

	Saldo em 2014	Adições	Baixas	Transfe-rências	Saldo em 2015
<b>Custo do Imobilizado Bruto</b>					
Equipamentos de comutação / transmissão	14.366.824	12.230	(729.820)	1.804.920	15.454.154
Cabos de fibra ótica	37.418	-	(720)	37.802	74.500
Aparelhos em comodato	1.800.937	-	(20.853)	171.994	1.952.078
Infraestrutura	4.176.580	1.244.803	(2.187.524)	526.166	4.760.025
Bens de informática	1.428.047	2	(21.168)	51.878	1.458.759
Bens de uso geral	575.678	-	(6.810)	46.125	614.993
Terenos	30.803	-	-	343	31.146
Obras em andamento	1.090.250	2.679.793	(24.396)	(2.639.228)	1.106.419
<b>Total Imobilizado Bruto</b>	<b>23.506.537</b>	<b>3.936.828</b>	<b>(1.991.291)</b>	-	<b>25.452.074</b>
<b>Depreciação acumulada</b>					
Equipamentos de comutação / transmissão	(9.871.679)	(1.134.297)	682.743	(6)	(10.323.239)
Cabos de fibra ótica	(3.471)	(5.430)	70	-	(8.831)
Aparelhos em comodato	(1.673.641)	(118.291)	7.992	-	(1.783.940)
Infraestrutura	(2.295.253)	(353.253)	810.246	(3)	(1.838.263)
Bens de informática	(1.205.861)	(77.352)	21.163	7	(1.262.043)
Bens de uso geral	(388.697)	(40.267)	6.599	2	(422.363)
<b>Total Depreciação Acumulada</b>	<b>(15.438.602)</b>	<b>(1.728.890)</b>	<b>1.528.813</b>	-	<b>(15.638.679)</b>
<b>Imobilizado líquido</b>					
Equipamentos de comutação / transmissão	4.495.145	(1.122.067)	(47.077)	1.804.914	5.130.915
Cabos de fibra ótica	33.947	(5.430)	(650)	37.802	65.669
Aparelhos em comodato	127.296	(118.291)	(12.861)	171.994	168.138
Infraestrutura	1.881.327	891.550	(377.278)	526.163	2.921.762
Bens de informática	222.186	(77.350)	(5)	51.885	196.716
Bens de uso geral	186.981	(40.267)	(21)	46.127	192.630
Terenos	30.803	-	-	343	31.146
Obras em andamento	1.090.250	2.679.793	(24.396)	(2.639.228)	1.106.419
<b>Total Imobilizado Líquido</b>	<b>8.067.935</b>	<b>2.207.938</b>	<b>(462.478)</b>	-	<b>9.813.395</b>

Os valores no período representam o custo dos projetos em andamento relacionados com construções de redes e/ou outros ativos tangíveis no ano de sua construção e instalação, até o momento em que entrarem em operação, quando serão transferidas para as contas correspondentes destes bens.

	Saldo em 2014	Adições	Baixas	Transfe-rências	Saldo em 2015
<b>Custo do Imobilizado Bruto</b>					
Equipamentos de comutação/ transmissão	14.366.824	12.230	(729.820)	1.804.920	15.454.154
Cabos de fibra ótica	37.418	-	(720)	37.802	74.500
Aparelhos em comodato	1.800.937	-	(20.853)	171.994	1.952.078
Infraestrutura	4.176.580	1.244.803	(2.187.524)	526.166	4.760.025
Bens de informática	1.428.047	2	(21.168)	51.878	1.458.759
Bens de uso geral	575.678	-	(6.810)	46.125	614.993
Terenos	30.803	-	-	343	31.146
Obras em andamento	1.090.250	2.679.793	(24.396)	(2.639.228)	1.106.419
<b>Total Imobilizado Bruto</b>	<b>23.506.537</b>	<b>3.936.828</b>	<b>(1.991.291)</b>	-	

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015**  
 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

(b) Refere-se à utilização da rede de outras operadoras de telefonia fixa e móvel, nos casos em que as chamadas são iniciadas na rede TIM e finalizadas nas outras operadoras.  
 (c) Refere-se às chamadas efetuadas quando o cliente está fora de sua área de registro, sendo considerado visitante na outra rede.  
 (d) Refere-se às chamadas efetuadas pelo cliente ao escolher outra operadora de longa distância.

**19. Autorizações a pagar**  
 Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possui os seguintes compromissos junto à ANATEL:

	<b>2016</b>	<b>2015</b>
<b>Autorizações a pagar</b>		
Limpeza da frequência da faixa de 700 MHz, líquida de AVP (ii)	976.246	918.388
Dívida ANATEL atualizada (ii)	89.695	77.450
Seguro garantia sobre autorizações	8.652	15.985
Renovação de autorizações (i)	254.515	146.149
Autorizações a pagar (iii)	57.524	-
	1.386.632	1.157.972
Parcela circulante	(486.494)	(467.687)
Parcela não circulante	900.138	690.285

(i) Para prestação do SMP, a TIM Celular obteve Autorizações do direito de uso de radiofrequência por prazo determinado, renováveis por mais 15 (quinze) anos. Na opção pela prorrogação do direito desse uso, é devido o pagamento do valor de 2% sobre a receita líquida da região coberta pela Autorização que encerra cada biênio. Em 31 de dezembro de 2016, a TIM Celular possuía saldos vencidos relativos à renovação de Autorizações no montante de R\$294.515 (R\$146.149 em 31 de dezembro de 2015).

(ii) Em 5 de dezembro de 2014, a TIM Celular assinou o Termo de Autorização da faixa de 700 MHz (extrato publicado no DOU em 8 de dezembro de 2014). A Companhia pagou o equivalente a R\$1.878 milhões, registrando saldo remanescente no valor de R\$61 milhões como dívida financeira, conforme método de pagamento previsto no Edital. Em função da ocorrência de lances desertos no Edital da faixa de 700 MHz, a TIM Celular, juntamente com as demais proponentes, teve que assumir proporcionalmente os custos referentes a esses lances, decorrentes da redistribuição e digitalização de canais de TV e RTV e das soluções para os problemas de interferência prejudicial nos sistemas de radiocomunicação, fazendo jus a um desconto no valor final a ser pago pela Autorização de uso da faixa de 700 MHz. Entretanto, a metodologia empregada pela ANATEL para cálculo desse valor foi diferente da constante no Edital, razão pela qual a TIM Celular apresentou recurso administrativo que foi julgado e denegado ainda em dezembro de 2014 (assim como os das demais Proponentes Vencedoras). Em 31 de março de 2015, a TIM Celular distribuiu ação judicial questionando a cobrança do valor nominal excedente de R\$61 milhões (R\$90 milhões em 31 de dezembro de 2016), o qual ainda está pendente de julgamento (nota 15.1).

Como mencionado anteriormente, a Companhia assumiu um compromisso adicional de arcar com os custos relacionados à limpeza da faixa de radiofrequências de 700 MHz, além da redistribuição e digitalização de canais de TV e RTV e mitigação de interferência prejudicial, a partir da constituição da Entidade Administradora da Digitalização ("EAD"), onde o total do compromisso assumido pela TIM Celular foi de R\$1.199 milhões, a serem pagos em 04 (quatro) parcelas reajustadas pelo IGP-DI, dos quais R\$370 milhões (30%) foram depositados em 9 de abril de 2015 a esta entidade (nota 15.1).

Em 15 de fevereiro de 2016, a TIM Celular assinou Aditivos aos Termos de Autorização da faixa de 700 MHz (extratos publicados no DOU em 08 de março de 2016), alterando a data de aporte, da 2ª parcela de 30% à EAD, anteriormente prevista para pagamento em 31 de janeiro de 2016. Dessa forma, a entidade receberá da TIM Celular, em 31 de janeiro de 2017, parcela correspondente a 60% (30% + 30%), referentes a 2016 e 2017) sendo que os 10% restantes têm pagamento previsto para 31 de janeiro de 2018, reajustados pelo IGP-DI.

Em 4 de março de 2015, a ANATEL (i) acolheu o pedido de restituição da prorrogação do prazo da autorização de uso de radiofrequência relativa ao lote 208 (parte da AR 32) da Licitação nº 004/2012/PVCP/SPV-ANATEL; (ii) deferiu o pedido de prorrogação de prazo da autorização de uso de radiofrequência relativa ao lote 222 (parte da AR 31) da referida Licitação; e (iii) deferiu o pedido de prorrogação de prazo das autorizações de uso de radiofrequência relativas às Bandas D e E. Em 22 de julho de 2015 foi editado o Ato de Autorização que prorroga o prazo das autorizações de uso das radiofrequências acima.

(iii) Em 17 de dezembro de 2015, a TIM Celular foi classificada como Proponente com melhor proposta para aquisição de 02 Lotes Tipo L (E-30 - AR41, Curitiba e Região Metropolitana); e E-68 - AR81, Recife e Região Metropolitana) da Licitação nº 002/2015-SOR/SPR/ANATEL, cujo preço ofertado foi de R\$57.5 milhões. O resultado foi homologado pelo Conselho Diretor da Anatel em 1º de junho de 2016 e os Termos de Autorização foram assinados em 26 de julho de 2016.

As Autorizações detidas em caráter prévio pela TIM Celular em 31 de dezembro de 2016, assim como suas datas de expiração, estão demonstradas na tabela abaixo:

Termos de Autorização	450 MHz	Data de expiração					700 MHz
		800 MHz e 900 MHz e 1.800 MHz	Frequências adicionais 1800 MHz	1900 MHz e 2100 MHz (3G)	2500 MHz Banda P** (4G)	2500 MHz Banda P** (4G)	
Amazônia, Roraima, Pará, Amazonas e Maranhão	-	Março, 2031*	Abril, 2023	Abril, 2023	Outubro, 2027	Parte da AR92 (IP)- Fevereiro, 2024*	Dezembro, 2029
Rio de Janeiro e Espírito Santo	Outubro, 2027	Março, 2031*	ES - Abril, 2023	Abril, 2023	Outubro, 2027	Parte de AR21 (IR)- Fevereiro, 2024*	Dezembro, 2029
Acre, Rondônia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins, Distrito Federal, Goiás, Rio Grande do Sul (exceto município de Pelotas e região) e municípios de Londrina e Tamarana no Paraná	PR - Outubro, 2027	Março, 2031*	Abril, 2023	Abril, 2023	Outubro, 2027	Parte da AR61 (ID)- Fevereiro, 2024*	Dezembro, 2029
São Paulo	-	Março, 2031*Interior	-	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029
Paraná (exceto municípios de Londrina e Tamarana)	Outubro, 2027	Setembro, 2022*	Abril, 2023	Abril, 2023	Outubro, 2027	AR41, exceto Curitiba e Região Metropolitana - Fevereiro, 2024*	Dezembro, 2029
Santa Catarina	Outubro, 2027	Setembro, 2023*	Abril, 2023	Abril, 2023	Outubro, 2027	AR31 - Fevereiro, 2030*	Dezembro, 2029
Município e região de Pelotas, no estado do Rio Grande do Sul	-	Abril, 2024*	-	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029
Pernambuco	-	Maio, 2024*	-	Abril, 2023	Outubro, 2027	Parte da AR81 - Julho, 2031	Dezembro, 2029
Ceará	-	Novembro, 2023*	-	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029
Paraíba	-	Dezembro, 2023*	-	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029
Rio Grande do Norte	-	Dezembro, 2023*	-	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029
Alagoas	-	Dezembro, 2023*	-	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029
Piauí	-	Março, 2024*	-	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029
Minas Gerais (exceto os municípios do setor 3 do PGO para radiofrequências 3G e sobras)	-	Abril, 2028*	Abril, 2023	Abril, 2023	Outubro, 2027	Parte da AR31 - Fevereiro, 2030*	Dezembro, 2029
Bahia e Sergipe	-	Agosto, 2027*	-	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029

\* Termos já renovados por 15 anos, portanto sem direito a novo período de renovação.  
 \*\* Somente áreas complementares nos Estados específicos.

**20. Empréstimos e financiamentos**  
 São classificados como passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado, sendo representados por passivos financeiros não derivativos que não são usualmente negociados antes do vencimento.

No reconhecimento inicial os juros registrados por seu valor justo e após reconhecimento inicial, são mensurados pelo método da taxa efetiva de juros. As apropriações de despesas financeiras de acordo com o método da taxa efetiva de juros são reconhecidas no resultado, na linha de despesas financeiras.

Descrição	Moeda	Encargos	Vencimento	2016	2015
BNDES (1)	URT, JLP	TJLP a TJLP + 3,62% a.a.	Julho/17 a Julho/22	2.487.602	2.450.573
BNDES (1)	UMIPCA	UMIPCA + 2,62% a.a.	Julho/17	36.552	68.628
BNDES (1)	UM143	SELIC + 2,52% a.a.	Julho/22	2.068.629	1.475.426
BNDES (PSI) (1)	RS	2,50% a 4,50% a.a.	Julho/18 a Janeiro/21	439.237	554.908
BNB (2)	RS	10,00% a.a.	Jan/16	931	931
Banco BNP Paribas (3)	USD	Líbor 6M + 2,53% a.a.	Dezembro/17	78.065	187.038
Banco Europeu de Investimento (BEI) (2)	USD	Líbor 6M + 0,57% a 1,32% a.a.	Setembro/16 a Fevereiro/20	622.980	1.859.821
Bank of America (Resolução 4131) (4)	USD	Líbor 3M + 1,35% a.a.	Setembro/16	324.960	468.114
KFW (5)	USD	Líbor 6M + 1,35% a.a.	Abril/19	182.046	304.924
KFW Fininvesta (3)	USD	Líbor 6M + 0,75% a.a.	Janeiro/24	121.038	-
Cisco Capital (4)	USD	1,80% a 2,50% a.a.	Setembro/18 a Dezembro/20	294.138	469.931
Total				6.654.147	7.840.294
Circulante				(1.123.309)	(2.304.587)
Não Circulante				5.530.838	5.535.707

(1) Aval da controladora TIM Participações S.A. e determinados recebíveis da Companhia.  
 (2) Fiança Bancária e Aval da TIM Participações S.A.  
 (3) Aval da TIM Participações S.A.  
 (4) Não possuem garantia.  
 (5) A controladora TIM Participações não possui empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2016.

O empréstimo em moeda estrangeira, contratado junto ao Banco BNP Paribas, e os financiamentos da TIM Celular, contratados junto ao BNDES, foram obtidos para a expansão da rede de telefonia móvel e possuem cláusulas contratuais restritivas que prevêm o cumprimento de determinados índices financeiros calculados semestralmente. A TIM Celular vem atendendo aos índices financeiros definidos.  
 No mês de março de 2016, a Companhia liquidou antecipadamente a primeira tranche do Contrato assinado em 2008 junto ao Banco Europeu de Investimento, no valor total de R\$520 milhões. No mês de junho de 2016, a Companhia também liquidou antecipadamente a segunda e a terceira tranche desse mesmo contrato, no valor total de R\$513 milhões. O vencimento original destas tranches se daria em setembro/16, dezembro/16 e junho/17, respectivamente. A liquidação antecipada teve como objetivo o gerenciamento eficiente do endividamento e caixa da Companhia.  
 Adicionalmente, em junho de 2016, a Companhia renovou parcialmente o empréstimo existente junto ao Bank of America. A renovação se deu através do pré-pagamento da totalidade da dívida existente incluindo o seu respectivo swap cujo resultado final foi de R\$283 milhões e a contratação de uma nova operação no valor de R\$338 milhões com vencimento final em setembro de 2018.

Montante utilizado até 31 de dezembro de 2016				
Moeda	Data da abertura	Prazo	Valor total	Valor Remanescente em 2016
BNDES (1)	URT, JLP	dezembro/13	2.635.600	998.338
BNDES (1)	UM143	dezembro/13	2.636.400	963.713
BNDES (PSI) (1)	RS	dezembro/13	428.000	-
BNDES (2)	RS	dezembro/15	60.995	60.995
BNDES (2)	TJLP	dezembro/15	2.940	2.940
Total RS*			6.654.147	3.737.949
KFW Fininvesta (3)	USD	dezembro/15	150.000	102.000

Objetos:  
 (1) Financiar os investimentos em rede e em tecnologia da informação para os anos de 2014, 2015 e 2016;  
 (2) Financiar os Projetos de Inovação da TIM para os anos de 2016, 2017 e 2018.  
 (3) Financiar compras de equipamentos importados e serviços Nokia para os anos de 2015, 2016 e 2017. O valor de USD45mil foi equivalente a R\$161.588 na ocasião do desembolso.  
 As linhas de financiamento PSI (Programa de Sustentação do Investimento), contratadas junto ao BNDES, referem-se a operações específicas da Instituição e possuem taxas de juros menores do que as previstas em operações corriqueiras de uma BNDES. O saldo correspondente em 31 de dezembro de 2015 ao ajuste referente à subvenção concedida pelo BNDES para a totalidade de linhas do PSI, é de aproximadamente R\$116 milhões, sendo este montante registrado no grupo de "Receitas diferidas" na rubrica de "Subvenções Governamentais" e o diferimento é feito de acordo com a vida útil do ativo que está sendo financiado e apropriado no resultado em "Receita de Subvenção".  
 A TIM Celular possui operações de swap, com o objetivo de proteger-se dos riscos de desvalorização do real em relação ao dólar americano em suas operações de empréstimos e financiamentos. Entretanto, não aplica a "contabilidade de hedge".  
 Os empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2016 vencíveis em longo prazo obedecem ao seguinte escalonamento:

2018	1.635.039
2019	1.578.706
2020	1.084.332
2021	764.139
2022	450.506
2023 em diante	18.116
	<u>5.530.838</u>

**Valor justo dos empréstimos**  
 No Brasil, não há um mercado consolidado de dívidas de longo prazo com as características normalmente verificadas nos financiamentos do BNDES. As instituições consideram, além dos retornos de dívida de longo prazo, os benefícios sociais de cada projeto vinculado aos seus financiamentos. Para fins de análise de valor justo, dada a ausência de mercado similar e a necessidade de aderência dos projetos de interesses governamentais, normalmente considera-se que o valor justo do empréstimo é aquele registrado nos saldos contábeis.  
 O valor dos empréstimos das linhas PSI é registrado ao valor justo na data de sua captação e este valor justo é calculado com base na taxa do CDI à época.  
 Outras operações contratadas com características extremamente específicas são os empréstimos obtidos junto ao BNP e junto ao KFW Fininvesta. Na primeira operação, temos como garantidor a empresa SACE, seguradora italiana, e, na segunda, o Fininvesta, agência finlandesa, e ambas possuem atribuições de instituição de fomento. Dadas as características destas operações, entendemos que seus valores justos são iguais aqueles registrados no balanço da Companhia.  
 Com relação às captações contratadas com o Bank of America, Cisco Capital e KFW as atuais condições de mercado não indicam a existência de fatores que possam levar a um valor justo das operações diferente daquele registrado nos livros contábeis.

Segundo o critério de avaliação que considera características de operações similares, a Companhia identificou diferenças entre o valor justo e contábil das captações efetuadas junto ao Banco Europeu de Investimento (BEI). A operação teria um valor justo menor do que o saldo contábil em aproximadamente R\$5 milhões.  
**21. Impostos, taxas e contribuições indiretos a recolher**  
 Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS

2016	2015
365.321	404.878
19.507	21.430
43.406	41.567
4.630	15.292
432.864	463.167
(432.752)	(463.064)
112	103

Parcela circulante  
 Parcela não circulante

**22. Impostos, taxas e contribuições diretos a recolher**  
 Os encargos de imposto de renda e de contribuição social correntes são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, até a data do balanço.  
 A legislação permite que as Companhias optem pelo pagamento trimestral ou mensal de imposto de renda e contribuição social. No exercício de 2015, a Companhia efetuou o pagamento trimestral de imposto de renda e contribuição social. A partir de 2016 esta opção mudou e as Companhias passaram a efetuar o pagamento mensal do imposto de renda e contribuição social.

2016	2015
476.444	324.655
56.550	59.778
51.219	50.710
584.513	435.143
(325.673)	(191.992)
258.840	243.151

Parcela circulante  
 Parcela não circulante  
 (\*) A composição desta conta refere-se principalmente à adesão da TIM Celular ao Programa de Recuperação Fiscal - REFIIS a partir de 2009 para parcelamento dos débitos em aberto dos tributos federais (PIS - Programa de Integração Social, Cofins - Contribuição para a Seguridade Social, IRPJ - Imposto de renda Pessoa Jurídica e CSLL - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido), cujo vencimento final dar-se-á em 1.10.2024.

2016	2015
476.444	324.655
56.550	59.778
51.219	50.710
584.513	435.143
(325.673)	(191.992)
258.840	243.151

**23. Receitas diferidas**

2016	2015
715.292	957.820
116.390	144.120
11.231	13.632
991.750	973.612
1.834.663	2.089.184
(799.272)	(1.028.278)
1.035.391	1.060.285

Serviços a prestar pré-pagos (1)  
 Subvenções governamentais (2)  
 Receitas antecipadas  
 Receitas diferidas s/ venda de torres (3)

Parcela circulante  
 Parcela não circulante

(1) Refere-se aos minutos não utilizados pelos clientes relativos aos serviços do sistema pré-pago que são apropriados ao resultado quando da efetiva utilização destes serviços pelos clientes.  
 (2) Refere-se à liberação de recursos referente à linha de financiamento junto ao BNDES (Programa de Sustentação do Investimento - BNDES PSI). O somatório das subvenções concedidas pelo BNDES até 31 de dezembro de 2016 é de R\$20.129. Este montante está sendo amortizado pelo prazo de vida útil do ativo que está sendo financiado e apropriado no grupo de "outras receitas (despesas), líquidas" (nota 30).  
 (3) Refere-se ao valor das receitas a serem apropriadas pela venda das torres (nota 1.b).

**24. Provisão para processos administrativos e judiciais**  
 A Companhia é parte integrante em processos judiciais e administrativos nas esferas cível, trabalhista, tributária e regulatória, que surgem no curso normal de seus negócios.  
 A provisão é constituída com base em opiniões dos consultores jurídicos da Companhia e da Administração, por montantes julgados como suficientes e adequados para cobrir perdas e riscos considerados prováveis. As situações onde as perdas são consideradas prováveis e possíveis são objeto de divulgação por seus valores atualizados, e aquelas em que as perdas são consideradas remotas não são divulgadas.  
 A provisão para processos judiciais e administrativos constituída está composta como segue:

2016	2015
131.520	80.683
77.917	54.440
97.074	103.300
29.164	28.496
335.675	266.949

As variações na provisão para processos judiciais e administrativos encontram-se resumidas a seguir:

	2015	Adições, líquidas de reversões	Pagamentos	Atualização monetária	2016
Cível (a)	80.683	356.945	(382.153)	76.045	131.520
Trabalhista (b)	64.440	21.223	(18.401)	20.655	77.917
Tributária (c)	103.300	(318)	(6.013)	73	97.074
Regulatória (d)	28.496	854	(2.922)	2.736	29.164
	266.949	378.706	(408.489)	99.509	335.675

**a. Processos Cíveis**  
 A Companhia está sujeita a diversas ações judiciais e procedimentos administrativos propostos pelos consumidores, fornecedores, prestadores de serviços e órgãos de defesa do consumidor, que tratam de variadas matérias que surgem no curso normal dos negócios das entidades. A seguir estão sumarizados os principais processos:

**a.1 Ações movidas por consumidores**  
 A Companhia é parte em ações que se referem a reclamações movidas por consumidores, nas esferas judicial e administrativa. As referidas ações no montante de R\$104.220 (R\$50.380 em 31 de dezembro de 2015). Referem-se principalmente por suposta cobrança indevida, cancelamento de contrato, qualidade dos serviços, defeitos e falhas na entrega de aparelhos e negatiação indevida.

**a.2 Procon e Ministério Público**  
 A TIM é parte em ações judiciais e administrativas movidas pelo Ministério Público e Procon decorrentes de reclamações de consumidores, em que, se discute: (i) supostas falhas na prestação dos serviços de rede; (ii) suposta venda casada de produto e serviços; (iii) questionamento da qualidade no atendimento; (iv) supostas violações ao Decreto SAC; (v) supostas violações contratuais; (vi) suposta prática enganosa; (vii) discussão de cobrança de multa de fidelização, nos casos de furto e roubo do aparelho. Os valores envolvidos equivalem a quantia de R\$4.7



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

A Assembleia Geral Ordinária ("AGO") da Companhia, realizada em 11 de abril de 2016, aprovou o pagamento de dividendos obrigatórios no valor de R\$469.013 e o pagamento dos dividendos adicionais no valor de R\$20.000 relativos ao exercício de 2015. O referido valor foi distribuído em junho de 2016.

27. Opções de compra de ações
Plano 2011 - 2013 e Plano 2014-2016
Em 5 de agosto de 2011 e 10 de abril de 2014, foram aprovados pela Assembleia Geral de Acionistas da TIM Participações S.A. os planos de incentivo de longo prazo; "Plano 2011-2013" e "Plano 2014- 2016" respectivamente, concedidos a altos administradores e àqueles que ocupam posições chave na Companhia.

O exercício das opções do plano 2011-2013 está condicionado ao atingimento de metas específicas de desempenho, enquanto o exercício das opções do plano 2014-2016 não possui esta condição. O Preço de Exercício é calculado aplicando-se um critério, para mais ou para menos, no Preço Base da Ação, em consequência do desempenho ou não formalizado, considerando os ajustes previstos em cada Plano.

O prazo de vigência das opções é de 6 anos e a Companhia não tem nenhuma obrigação legal ou não autorizada de recomprar ou liquidar as opções em dinheiro. Em 8 de novembro de 2016, foi realizada a 3ª Outorga referente ao Plano 2014-2016. As variações na quantidade de opções estão apresentadas a seguir:

Table with 8 columns: Data de outorga, Opções outorgadas, Data de vencimento, Preço de exercício, Saldo no início do exercício, Concedidas durante o exercício, Exercidas durante o exercício (\*), Caducadas durante o exercício, Vencidas durante o exercício, Saldo no final do exercício. Rows include 2016 and 2015 data for various outorgas.

Preço médio ponderado do exercício R\$8,85
(\*) Não foram exercidas opções durante o exercício de 2016 para o "plano 2011-2013", pois não houve atendimento das condições mínimas de desempenho.

Table with 8 columns: Data de outorga, Opções outorgadas, Data de vencimento, Preço de exercício, Saldo no início do exercício, Concedidas durante o exercício, Exercidas durante o exercício (\*), Caducadas durante o exercício, Vencidas durante o exercício, Saldo no final do exercício. Rows include 2016 and 2015 data for various outorgas.

Preço médio ponderado do exercício R\$9,3512
(\*) Não foram exercidas opções durante o exercício de 2015 para o "plano 2011-2013", pois não houve atendimento das condições mínimas de desempenho.

Os dados significativos incluídos no modelo foram:

Table with 5 columns: Data de outorga, Preço médio ponderado da ação na data da concessão, Volatilidade, Vida esperada da opção, Taxa de juros anual sem risco. Rows include 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, and 2016 data.

Utilizando-se o princípio de competência contábil, as despesas atreladas ao plano de benefícios de longo prazo vêm sendo apropriadas mensalmente e, ao final do período de 12 meses, totalizaram R\$ 3.906 (R\$8.724 no mesmo período de 2015).

28. Receita operacional líquida

Receitas de serviços prestados
As principais receitas de serviços advêm de assinaturas mensais, prestação de serviços separados de voz, SMSs, dados, pacotes de utilização combinada destes serviços, encargos de roaming e receitas de interconexão. As receitas são reconhecidas conforme sua utilização, líquidas de impostos sobre vendas e descontos concedidos sobre os serviços. Estas receitas somente são contabilizadas quando o montante do serviço prestado pode ser estimado de forma confiável.

As receitas são reconhecidas mensalmente, através do faturamento, e as receitas a faturar entre a data de faturamento e o final do mês (unbilled) são identificadas, processadas e reconhecidas no mês em que o serviço foi prestado. Os cálculos de receitas não faturadas do mês anterior são estimados e um novo cálculo de unbilled é feito a cada mês corrente considerando o bilhete do mês anterior.

As receitas de tráfego de interconexão e roaming são registradas de forma isolada, sem que sejam compensados os valores devidos a outras operadoras de telecomunicações (estes últimos são registrados como custo das operações). Os minutos não utilizados pelos clientes e/ou os créditos de recarga em poder dos parceiros comerciais, relativos aos serviços do sistema pré-pago são registrados como receita diferida e apropriados ao resultado quando da efetiva utilização destes serviços pelos clientes.

Receitas de vendas de produtos
As receitas com vendas de produtos (telefones, mini-modems, tablets e outros equipamentos) são reconhecidas quando os riscos significativos e os benefícios da propriedade destes produtos são transferidos para o comprador.

Table with 3 columns: 2016, 2015, and Total. Rows include Receita de serviços - Móvel, Receita de serviços - Fixa, Receita de serviços, Venda de mercadorias, Receita operacional bruta, Deduções da receita bruta, Impostos incidentes, Descontos concedidos, Devoluções e outros, Total da receita líquida.

29. Custos e despesas operacionais

Table with 5 columns: Custo de serviços prestados e mercadorias (1), Despesas com comercialização (2), Despesas gerais e administrativas (3), Despesas com serviços prestados e mercadorias (4), Despesas com comercialização (5), Despesas gerais e administrativas (6), Total. Rows include Pessoal, Serviços de terceiros, Interconexão e meios de conexão, Depreciação e amortização, Impostos, taxas e contribuições, Custos e seguros, Aquisição das mercadorias vendidas, Publicidade e propaganda, Perdas por créditos de liquidação duvidosa, Outros.

A Companhia faz contribuições para planos de seguro de pensão públicos ou privados de forma obrigatória, contratada ou voluntária enquanto o empregado inteiro o quadro de funcionários da Companhia. Tais planos não trazem nenhuma obrigação de natureza adicional para a Companhia. Se o funcionário deixar de fazer parte do quadro de empregados da Companhia no período necessário para ter o direito de retirada das contribuições feitas pelas patrocinadoras, os valores aos quais o funcionário não tem mais direito e que podem representar redução nas contribuições futuras da Companhia e suas controladas aos funcionários ativos, ou um reembolso em dinheiro destes valores, são lançados como ativo.

(1) Em 2016, a Companhia registrou o valor de R\$3.596 (R\$5.283 em 2015) relacionado a benefícios pós-emprego no grupo de custos.
(2) Em 2016, a Companhia registrou o valor de R\$3.846 (R\$6.095 em 2015) relacionado a benefícios pós-emprego no grupo de despesas gerais e administrativas.
(3) Em 2016, a Companhia registrou o valor de R\$3.637 (R\$5.592 em 2015) relacionado a benefícios pós-emprego no grupo de despesas comerciais.

30. Outras receitas (despesas), líquidas

Table with 3 columns: 2016, 2015, and Total. Rows include Receita de subvenção líquida, Multas sobre serviços de telecomunicações, Resultado na alienação de ativos (\*), Outras receitas operacionais, Despesas FUST/FUNITEL (\*\*), Impostos, taxas e contribuições, Provisão para processos judiciais e administrativos, líquida de reversão, Despesa na alienação de ativos (\*), Outras despesas operacionais, Amortização de autorizações.

Outras receitas (despesas), líquidas
(\*) Durante o exercício de 2015 foram transferidas 5.483 torres referente à 1ª, 2ª e 3ª tranches e em 2016 foram transferidas 336 torres referente à 4ª e 5ª tranches para ANIC conforme os contratos celebrados entre as partes (notas 14 e 15). O leaseback foi analisado e classificado como leasing financeiro, considerando os requisitos previstos no IAS17/CPC 06 (R1), aprovado por Deliberação da CVM. Os riscos e benefícios dos ativos foram repassados ao comprador nas datas de cada transferência (29 de abril de 2015, 30 de setembro de 2015, 16 de dezembro de 2015, 9 de junho de 2016 e 20 de dezembro de 2016) e foi reconhecido uma receita líquida na alienação desses ativos no montante de R\$ 44.036 e R\$1.210.980 nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, respectivamente, como outras receitas operacionais.
\*\* Representam os gastos incorridos com as contribuições sobre as diversas receitas de telecomunicações devidas à ANATEL, conforme legislação em vigor.

31. Receitas financeiras

Table with 3 columns: 2016, 2015, and Total. Rows include Juros sobre aplicações financeiras de despesas gerais e administrativas, Juros de clientes, Juros swap, Juros sobre Leasing, Atualização monetária, Outras receitas, Despesas financeiras, Juros sobre empréstimos e financiamentos, Juros sobre fornecedores, Juros sobre impostos e taxas, Juros swap, Juros sobre Leasing, Atualização monetária, Descontos concedidos, Outras despesas.

33. Variações cambiais, líquidas

Table with 3 columns: 2016, 2015, and Total. Rows include Receitas, Empréstimos e financiamentos, Fornecedores, Swap, Outros, Despesas, Empréstimos e financiamentos, Fornecedores, Swap, Outros.

Variações cambiais, líquidas
A variação cambial no período está relacionada a empréstimos e financiamentos e fornecedores em moeda estrangeira. O efeito foi reduzido por operações com derivativos (nota 38).

34. Despesas de imposto de renda e contribuição social

Table with 3 columns: 2016, 2015, and Total. Rows include Imposto de renda e contribuição social correntes, Imposto de renda do exercício, Contribuição social do exercício, Incentivo fiscal - SUDENE/SUDAM, Imposto de renda e contribuição social diferidos, Imposto de renda diferido, Contribuição social diferida, Provisão para contingências de imposto de renda e contribuição social.

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas com os valores refletidos no resultado está demonstrada a seguir:

Table with 3 columns: 2016, 2015, and Total. Rows include Lucro antes do imposto de renda e contribuição social, Alíquota fiscal combinada, Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada (Adições/exclusões), Adições e exclusões permanentes, Doações não dedutíveis, Multas não dedutíveis, Perdas com a receber Co Billing, Impacto na venda das torres, Outras adições e exclusões permanentes, Incentivo fiscal - SUDENE/SUDAM (\*), Outros valores, Imposto de renda e contribuição social registrados ao resultado do período, Alíquota efetiva.

(\*) Conforme mencionado na nota 26 b.3, de acordo com o Decreto 3.000/1999, em seu artigo 443, inciso I, para que subvenções para investimento não sejam computadas no lucro real, as mesmas devem ser registradas como reserva de capital, que somente poderá ser utilizada para absorver prejuízos ou ser incorporada ao capital social. A TIM Celular possui benefícios fiscais que se enquadram nestas regras.

35. Lucro por ação

(a) Básico
O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações emitidas durante o exercício.

Table with 3 columns: 2016, 2015, and Total. Rows include Lucro atribuível aos acionistas da sociedade, Quantidade média ponderada de ações emitidas (milhares), Lucro básico por ação (expresso em R\$).

(b) Diluído
Não há ações potenciais dilutivas da participação dos atuais acionistas. Sendo assim, o cálculo do lucro diluído por ação é igual ao lucro básico por ação.

36. Transações com Grupo Telecom Itália

Os saldos das transações com empresas do Grupo Telecom Itália são os seguintes:

Table with 3 columns: 2016, 2015, and Total. Rows include Ativo, Passivo, Receita, Custo/Despesa. Rows include Telecom Italia S.p.A. (2), Grupo Telecom Argentina (1), Telecom Italia Sparkle (1), Intelig (6), Lan Group (7), TIM Brasil, Grupo Vivendi (9), Outros.

Telecom Italia S.p.A. (2)
Grupo Telecom Argentina (1)
Telecom Italia Sparkle (1)
Intelig (6)
Lan Group (7)
TIM Brasil
Grupo Vivendi (9)
Outros

Telecom Italia S.p.A. (2)
Telecom Italia Sparkle (1)
Grupo Telecom Argentina (1)
Intelig (5)
Total

Telecom Italia S.p.A. (2)
Grupo Telecom Argentina (1)
Telecom Italia Sparkle (1)
Intelig (6)
Lan Group (7)
Generali (8)
Grupo Vivendi (9)
Outros

Telecom Italia S.p.A. (2)
Grupo Telecom Argentina (1)
Telecom Italia Sparkle (1)
Intelig (6)
Lan Group (7)
Generali (8)
Grupo Vivendi (9)
Outros

Telecom Italia S.p.A. (2)
Grupo Telecom Argentina (1)
Telecom Italia Sparkle (1)
Intelig (6)
Lan Group (7)
Generali (8)
Grupo Vivendi (9)
Outros

Telecom Italia S.p.A. (2)
Grupo Telecom Argentina (1)
Telecom Italia Sparkle (1)
Intelig (6)
Lan Group (7)
Generali (8)
Grupo Vivendi (9)
Outros

Telecom Italia S.p.A. (2)
Grupo Telecom Argentina (1)
Telecom Italia Sparkle (1)
Intelig (6)
Lan Group (7)
Generali (8)
Grupo Vivendi (9)
Outros

Telecom Italia S.p.A. (2)
Grupo Telecom Argentina (1)
Telecom Italia Sparkle (1)
Intelig (6)
Lan Group (7)
Generali (8)
Grupo Vivendi (9)
Outros

Telecom Italia S.p.A. (2)
Grupo Telecom Argentina (1)
Telecom Italia Sparkle (1)
Intelig (6)
Lan Group (7)
Generali (8)
Grupo Vivendi (9)
Outros

Telecom Italia S.p.A. (2)
Grupo Telecom Argentina (1)
Telecom Italia Sparkle (1)
Intelig (6)
Lan Group (7)
Generali (8)
Grupo Vivendi (9)
Outros

Telecom Italia S.p.A. (2)
Grupo Telecom Argentina (1)
Telecom Italia Sparkle (1)
Intelig (6)
Lan Group (7)
Generali (8)
Grupo Vivendi (9)
Outros

Telecom Italia S.p.A. (2)
Grupo Telecom Argentina (1)
Telecom Italia Sparkle (1)
Intelig (6)
Lan Group (7)
Generali (8)
Grupo Vivendi (9)
Outros

Telecom Italia S.p.A. (2)
Grupo Telecom Argentina (1)
Telecom Italia Sparkle (1)
Intelig (6)
Lan Group (7)
Generali (8)
Grupo Vivendi (9)
Outros

Telecom Italia S.p.A. (2)
Grupo Telecom Argentina (1)
Telecom Italia Sparkle (1)
Intelig (6)
Lan Group (7)
Generali (8)
Grupo Vivendi (9)
Outros

Telecom Italia S.p.A. (2)
Grupo Telecom Argentina (1)
Telecom Italia Sparkle (1)
Intelig (6)
Lan Group (7)
Generali (8)
Grupo Vivendi (9)
Outros

Telecom Italia S.p.A. (2)
Grupo Telecom Argentina (1)
Telecom Italia Sparkle (1)
Intelig (6)
Lan Group (7)
Generali (8)
Grupo Vivendi (9)
Outros

Telecom Italia S.p.A. (2)
Grupo Telecom Argentina (1)
Telecom Italia Sparkle (1)
Intelig (6)
Lan Group (7)
Generali (8)
Grupo Vivendi (9)
Outros

Telecom Italia S.p.A. (2)
Grupo Telecom Argentina (1)
Telecom Italia Sparkle (1)
Intelig (6)
Lan Group (7)
Generali (8)
Grupo Vivendi (9)
Outros

Telecom Italia S.p.A. (2)
Grupo Telecom Argentina (1)
Telecom Italia Sparkle (1)
Intelig (6)
Lan Group (7)
Generali (8)
Grupo Vivendi (9)
Outros

Telecom Italia S.p.A. (2)
Grupo Telecom Argentina (1)
Telecom Italia Sparkle (1)
Intelig (6)
Lan Group (7)
Generali (8)
Grupo Vivendi (9)
Outros

Telecom Italia S.p.A. (2)
Grupo Telecom Argentina (1)
Telecom Italia Sparkle (1)
Intelig (6)
Lan Group (7)
Generali (8)
Grupo Vivendi (9)
Outros

Telecom Italia S.p.A. (2)
Grupo Telecom Argentina (1)
Telecom Italia Sparkle (1)
Intelig (6)
Lan Group (7)
Generali (8)
Grupo Vivendi (9)
Outros

Telecom Italia S.p.A. (2)
Grupo Telecom Argentina (1)
Telecom Italia Sparkle (1)
Intelig (6)
Lan Group (7)
Generali (8)
Grupo Vivendi (9)
Outros

Telecom Italia S.p.A. (2)
Grupo Telecom Argentina (1)
Telecom Italia Sparkle (1)
Intelig (6)
Lan Group (7)
Generali (8)
Grupo Vivendi (9)
Outros

Telecom Italia S.p.A. (2)
Grupo Telecom Argentina (1)
Telecom Italia Sparkle (1)
Intelig (6)
Lan Group (7)
Generali (8)
Grupo Vivendi (9)
Outros

Telecom Italia S.p.A. (2)
Grupo Telecom Argentina (1)
Telecom Italia Sparkle (1)
Intelig (6)
Lan Group (7)
Generali (8)
Grupo Vivendi (9)
Outros

Telecom Italia S.p.A. (2)
Grupo Telecom Argentina (1)
Telecom Italia Sparkle (1)
Intelig (6)
Lan Group (7)
Generali (8)
Grupo Vivendi (9)
Outros

Telecom Italia S.p.A. (2)
Grupo Telecom Argentina (1)
Telecom Italia Sparkle (1)
Intelig (6)
Lan Group (7)
Generali (8)
Grupo Vivendi (9)
Outros

Telecom Italia S.p.A. (2)
Grupo Telecom Argentina (1)
Telecom Italia Sparkle (1)
Intelig (6)
Lan Group (7)
Generali (8)
Grupo Vivendi (9)
Outros

Telecom Italia S.p.A. (2)
Grupo Telecom Argentina (1)
Telecom Italia Sparkle (1)
Intelig (6)
Lan Group (7)
Generali (8)
Grupo Vivendi (9)
Outros

Telecom Italia S.p.A. (2)
Grupo Telecom Argentina (1)
Telecom Italia Sparkle (1)
Intelig (6)
Lan Group (7)
Generali (8)
Grupo Vivendi (9)
Outros

Telecom Italia S.p.A. (2)
Grupo Telecom Argentina (1)
Telecom Italia Sparkle (1)
Intelig (6)
Lan Group (7)
Generali (8)
Grupo Vivendi (9)
Outros

Telecom Italia S.p.A. (2)
Grupo Telecom Argentina (1)
Telecom Italia Sparkle (1)
Intelig (6)
Lan Group (7)
Generali (8)
Grupo Vivendi (9)
Outros

Telecom Italia S.p.A. (2)
Grupo Telecom Argentina (1)
Telecom Italia Sparkle (1)
Intelig (6)
Lan Group (7)
Generali (8)
Grupo Vivendi (9)
Outros

Telecom Italia S.p.A. (2)
Grupo Telecom Argentina (1)
Telecom Italia Sparkle (1)
Intelig (6)
Lan Group (7)
Generali (8)
Grupo Vivendi (9)
Outros

Telecom Italia S.p.A. (2)
Grupo Telecom Argentina (1)
Telecom Italia Sparkle (1)
Intelig (6)
Lan Group (7)
Generali (8)
Grupo Vivendi (9)
Outros

Telecom Italia S.p.A. (2)
Grupo Telecom Argentina (1)
Telecom Italia Sparkle (1)
Intelig (6)
Lan Group (7)
Generali (8)
Grupo Vivendi (9)
Outros

Telecom Italia S.p.A. (2)
Grupo Telecom Argentina (1)
Telecom Italia Sparkle (1)
Intelig (6)
Lan Group (7)
Generali (8)
Grupo Vivendi (9)
Outros

Telecom Italia S.p.A. (2)
Grupo Telecom Argentina (1)
Telecom Italia Sparkle (1)
Intelig (6)
Lan Group (7)
Generali (8)
Grupo Vivendi (9)
Outros

Telecom Italia S.p.A. (2)
Grupo Telecom Argentina (1)
Telecom Italia Sparkle (1)
Intelig (6)
Lan Group (7)
Generali (8)
Grupo Vivendi (9)
Outros

Telecom Italia S.p.A. (2)
Grupo Telecom Argentina (1)
Telecom Italia Sparkle (1)
Intelig (6)
Lan Group (7)
Generali (8)
Grupo Vivendi (9)
Outros

Telecom Italia S.p.A. (2)
Grupo Telecom Argentina (1)
Telecom Italia Sparkle (1)
Intelig (6)
Lan Group (7)
Generali (8)
Grupo Vivendi (9)
Outros

Telecom Italia S.p.A. (2)
Grupo Telecom Argentina (1)
Telecom Italia Sparkle (1)
Intelig (6)
Lan Group (7)
Generali (8)
Grupo Vivendi (9)
Outros

Telecom Italia S.p.A. (2)
Grupo Telecom Argentina (1)
Telecom Italia Sparkle (1)
Intelig (6)
Lan Group (7)
Generali (8)
Grupo Vivendi (9)
Outros

Telecom Italia S.p.A. (2)
Grupo Telecom Argentina (1)
Telecom Italia Sparkle (1)
Intelig (6)
Lan Group (7)
Generali (8)
Grupo Vivendi (9)
Outros

Telecom Italia S.p.A. (2)
Grupo Telecom Argentina (1)
Telecom Italia Sparkle (1)
Intelig (6)
Lan Group (7)
Generali (8)
Grupo Vivendi (9)
Outros

Telecom Italia S.p.A. (2)
Grupo Telecom Argentina (1)
Telecom Italia Sparkle (1)
Intelig (6)
Lan Group (7)
Generali (8)
Grupo Vivendi (9)
Outros

Telecom Italia S.p.A. (2)
Grupo Telecom Argentina (1)
Telecom Italia Sparkle (1)
Intelig (6)
Lan Group (7)
Generali (8)
Grupo Vivendi (9)
Outros

Telecom Italia S.p.A. (2)
Grupo Telecom Argentina (1)
Telecom Italia Sparkle (1)
Intelig (6)
Lan Group (7)
Generali (8)
Grupo Vivendi (9)
Outros

Telecom Italia S.p.A. (2)
Grupo Telecom Argentina (1)
Telecom Italia Sparkle (1)
Intelig (6)
Lan Group (7)
Generali (8)
Grupo Vivendi (9)
Outros

Telecom Italia S.p.A. (2)
Grupo Telecom Argentina (1)
Telecom Italia Sparkle (1)
Intelig (6)
Lan Group (7)
Generali (8)
Grupo Vivendi (9)
Outros

Telecom Italia S.p.A. (2)
Grupo Telecom Argentina (1)
Telecom Italia Sparkle (1)
Intelig (6)
Lan Group (7)
Generali (8)
Grupo Vivendi (9)
Outros

Telecom Italia S.p.A. (2)
Grupo Telecom Argentina (1)
Telecom Italia Sparkle (1)
Intelig (6)
Lan Group (7)
Generali (8)
Grupo Vivendi (9)
Outros

Telecom Italia S.p.A. (2)
Grupo Telecom Argentina (1)
Telecom Italia Sparkle (1)
Intelig (6)
Lan Group (7)
Generali (8)
Grupo Vivendi (9)
Outros

Telecom Italia S.p.A. (2)
Grupo Telecom Argentina (1)
Telecom Italia Sparkle (1)
Intelig (6)
Lan Group (7)
Generali (8)
Grupo Vivendi (9)
Outros

Telecom Italia S.p.A. (2)
Grupo Telecom Argentina (1)
Telecom Italia Sparkle (1)
Intelig (6)
Lan Group (7)
Generali (8)
Grupo Vivendi (9)
Outros

com o objetivo de reduzir os impactos nos contratos comerciais.
Em 31 de dezembro de 2016, os empréstimos e financiamentos da Companhia indexados à variação de moedas estrangeiras se enquadram integralmente protegidos, tanto em prazo quanto em valor, por contratos de swap. Os ganhos ou perdas com esses contratos de swap são registrados no resultado da Companhia.

(ii) Riscos de taxa de juros
Os riscos da taxa de juros relacionam-se com:
- A possibilidade de variações no valor justo dos financiamentos obtidos pela TIM Celular indexados à TJLP, quando tais taxas não acompanharem proporcionalmente as taxas referentes aos Certificados de Depósito Interbancários (CDI). Em 31 de dezembro de 2016 a TIM Celular não possuía nenhuma operação de swap atrelada a TJLP.
- A possibilidade de um movimento desfavorável nas taxas de juros causaria um aumento nas despesas financeiras da Companhia, em decorrência da parcela da dívida e das posições passivas que a Companhia possui nos contratos de swap atrelados a taxas de juros flutuantes (percentual do CDI). Todavia, em 31 de dezembro de 2016, a Companhia manteve seus recursos financeiros aplicados em Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), o que reduz substancialmente esse risco.

(iii) Risco de crédito inerente à prestação de serviços
O risco está relacionado à possibilidade da Companhia computar prejuízos derivados da incapacidade dos assinantes honrarem os pagamentos dos valores futuros. Para minimizar este risco, a Companhia realiza preventivamente análises de crédito de todos os pedidos imputados pelas áreas de vendas e monitora as contas a receber de assinantes, bloqueando a capacidade de utilização de serviços, entre outras ações, caso os clientes não paguem suas dívidas. Não há clientes que tenham contribuído com mais de 10% das contas a receber líquidas em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 ou receitas de serviços prestados.

(iv) Risco de crédito inerente à venda de aparelhos telefônicos e de cartões de telefones pré-pagos
A política da Companhia para venda de aparelhos telefônicos e distribuição de cartões de telefones pré-pagos está diretamente relacionada aos níveis de risco de créditos aceitos durante o curso normal do negócio. A seleção de parceiros, a diversificação da carteira de contas a receber, o monitoramento das condições de empréstimos, as posições e limites de pedidos estabelecidos para os negociantes, a constituição de garantias reais são procedimentos adotados pela Companhia para minimizar possíveis problemas de cobrança com seus parceiros comerciais. Não há clientes que tenham contribuído com mais de 10% das contas a receber líquidas de venda em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 ou 10% das receitas de mercadorias.

(v) Risco de crédito financeiro
O risco está relacionado à possibilidade da Companhia computar perdas derivadas da dificuldade de resgate das aplicações financeiras de curto prazo e dos contratos de swap, em razão de eventual insolvência das contrapartes. A Companhia minimiza o risco associado a esses instrumentos financeiros mantendo operações apenas com instituições financeiras de reconhecida solidez no mercado, além de seguirum política que estabelece níveis máximos de concentração de risco por instituição financeira.

Valor justo dos instrumentos financeiros derivativos
Os instrumentos financeiros derivativos estão apresentados a seguir:

Table with 6 columns: 2016, 2015, Ativo, Passivo, Líquido, Total. Rows include Operações com derivativos, Parcela circulante, Parcela não circulante, Os instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2016 vencíveis a longo prazo obedecem ao seguinte escalonamento: 2018, 2019, 2020, 2021 em diante.

Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo: 2016

Table with 4 columns: 2016, Nível 1, Nível 2, Saldo total. Rows include Ativos, Ativos financeiros ao valor justo, Títulos e valores mobiliários, Derivativos usados para hedge, Total do ativo, Passivos, Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, Derivativos usados para hedge, Total do passivo.

Ativos
Ativos financeiros ao valor justo
Títulos e valores mobiliários
Derivativos usados para hedge
Total do ativo
Passivos
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado
Derivativos usados para hedge
Total do passivo

Ativos
Ativos financeiros ao valor justo
Títulos e valores mobiliários
Derivativos usados para hedge
Total do ativo
Passivos
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado
Derivativos usados para hedge
Total do passivo

Ativos
Ativos financeiros ao valor justo
Títulos e valores mobiliários
Derivativos usados para hedge
Total do ativo
Passivos
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado
Derivativos usados para hedge
Total do passivo

Ativos
Ativos financeiros ao valor justo
Títulos e valores mobiliários
Derivativos usados para hedge
Total do ativo
Passivos
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado
Derivativos usados para hedge
Total do passivo

Ativos
Ativos financeiros ao valor justo
Títulos e valores mobiliários
Derivativos usados para hedge
Total do ativo
Passivos
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado
Derivativos usados para hedge
Total do passivo

Ativos
Ativos financeiros ao valor justo
Títulos e valores mobiliários
Derivativos usados para hedge
Total do ativo
Passivos
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado
Derivativos usados para hedge
Total do passivo

Ativos
Ativos financeiros ao valor justo
Títulos e valores mobiliários
Derivativos usados para hedge
Total do ativo
Passivos
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado
Derivativos usados para hedge
Total do passivo

Ativos
Ativos financeiros ao valor justo
Títulos e valores mobiliários
Derivativos usados para hedge
Total do ativo
Passivos
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado
Derivativos usados para hedge
Total do passivo

Ativos
Ativos financeiros ao valor justo
Títulos e valores mobiliários
Derivativos usados para hedge
Total do ativo
Passivos
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado
Derivativos usados para hedge
Total do passivo

Ativos
Ativos financeiros ao valor justo
Títulos e valores mobiliários
Derivativos usados para hedge
Total do ativo
Passivos
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado
Derivativos usados para hedge
Total do passivo

Ativos
Ativos financeiros ao valor justo
Títulos e valores mobiliários
Derivativos usados para hedge
Total do ativo
Passivos
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado
Derivativos usados para hedge
Total do passivo

Ativos
Ativos financeiros ao valor justo
Títulos e valores mobiliários
Derivativos usados para hedge
Total do ativo
Passivos
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado
Derivativos usados para hedge
Total do passivo

Ativos
Ativos financeiros ao valor justo
Títulos e valores mobiliários
Derivativos usados para hedge
Total do ativo
Passivos
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado
Derivativos usados para hedge
Total do passivo

Ativos
Ativos financeiros ao valor justo
Títulos e valores mobiliários
Derivativos usados para hedge
Total do ativo
Passivos
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado
Derivativos usados para hedge
Total do passivo

Ativos
Ativos financeiros ao valor justo
Títulos e valores mobiliários
Derivativos usados para hedge
Total do ativo
Passivos
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado
Derivativos usados para hedge
Total do passivo

Ativos
Ativos financeiros ao valor justo
Títulos e valores mobiliários
Derivativos usados para hedge
Total do ativo
Passivos
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado
Derivativos usados para hedge
Total do passivo

Ativos
Ativos financeiros ao valor justo
Títulos e valores mobiliários
Derivativos usados para hedge
Total do ativo
Passivos
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado
Derivativos usados para hedge
Total do passivo

Ativos
Ativos financeiros ao valor justo
Títulos e valores mobiliários
Derivativos usados para hedge
Total do ativo
Passivos
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado
Derivativos usados para hedge
Total do passivo

Ativos
Ativos financeiros ao valor justo
Títulos e valores mobiliários
Derivativos usados



## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

31 de dezembro de 2015

Moeda	Tipo de SWAP	Contraparte		Total Dívida	Total Swap (Ponta Ativa)	%	Taxas Médias SWAP	
		Dívida	SWAP				Ponta Ativa	Ponta Passiva
USD	LIBOR X DI	BEI	Santander, CITI, MS e BOFA	1.859.821	1.859.682	100%	LIBOR 6M + 0,89% a.a.	90,07% do CDI
USD	LIBOR X DI	BNP	CITI, JP Morgan	187.038	187.038	100%	LIBOR 6M + 2,53% a.a.	97,42% do CDI
USD	LIBOR X DI	KFW	JP Morgan	304.924	304.924	100%	LIBOR 6M + 1,35% a.a.	102,50% do CDI
USD	LIBOR X DI	BOFA	BOFA	468.114	468.114	100%	LIBOR 3M + 1,35% a.a.	102,00% do CDI
USD	PRE X DI	CISCO	Santander	469.931	469.931	100%	2,18% a.a.	88,30% do CDI

No segundo trimestre de 2016 a Companhia realizou, concomitantemente com o pré-pagamento de parte do financiamento existente junto ao Banco Europeu de Investimento (BEI), a reversão de três operações de swap contratadas junto aos bancos Morgan Stanley e Citibank, que tinham como objetivo proteger a Companhia dos riscos de variação cambial e de taxa de juros atrelados ao referido financiamento.

Além das operações de swap mencionadas nas tabelas acima, a Companhia aproveitou um momento favorável no mercado, no final do mês de junho, para fechar antecipadamente uma operação de swap a termo com o objetivo de garantir um custo atrelado de 81,50% do CDI para um contrato de financiamento em moeda estrangeira que será desembolsado no futuro junto a a KfW/Finnvera que possui um notional em dólares de aproximadamente 48 milhões. O swap foi fechado com o mesmo fluxo de pagamento da dívida a ser desembolsada no futuro para que haja proteção integral. Nesta operação não há risco cambial, visto que o dólar de início da operação (Dívida e SWAP) iniciará simultaneamente em uma data pré-determinada no futuro. Em 31 de dezembro de 2016 o valor do MTM da operação registrada contabilmente é de R\$3.956 - Ativo.

**Quadro demonstrativo de análise de sensibilidade - efeito na variação do valor justo dos swaps**

Para fins de identificação de possíveis distorções advindas das operações com instrumentos financeiros derivativos atualmente vigentes, uma análise de sensibilidade foi realizada considerando três cenários distintos (provável, possível e remoto) e seus respectivos impactos nos resultados obtidos, quais sejam:

Descrição	2016	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Dívida em USD (BNP Paribas, BEI, BOFA, Cisco e KFW)	1.773.788	1.773.788	2.237.152	2.708.005
<b>A) Δ Variação Acumulada Dívida</b>			<b>463.364</b>	<b>934.218</b>
Valor justo da ponta ativa do swap	1.773.788	1.773.788	2.237.152	2.708.005
Valor justo da ponta passiva do swap	(1.638.339)	(1.638.339)	(1.635.791)	(1.637.373)
Resultado swap	135.449	135.449	601.361	1.070.632
<b>B) Δ Variação Acumulada Swap</b>			<b>465.511</b>	<b>935.182</b>
<b>C) Resultado final (B-A)</b>			<b>2.547</b>	<b>964</b>

Tendo em vista as características dos instrumentos financeiros derivativos da Companhia, nossas premissas levaram em consideração, basicamente, o efeito i) da variação do CDI e; ii) variações do dólar americano utilizadas nas operações, atingindo, respectivamente, os percentuais e cotações indicados abaixo:

Variável de risco	Cenário provável (atual)	Cenário possível	Cenário remoto
CDI	13,63%	17,04%	20,45%
USD	3,2591	4,0739	4,8887

Como a Companhia possui instrumentos financeiros derivativos para fins de proteção das suas respectivas dívidas financeiras, as variações dos cenários são acompanhadas do respectivo objeto de proteção, mostrando assim que os efeitos referentes à exposição gerada nos swaps terão sua contrapartida refletidos na dívida. Para estas operações, a Companhia divulgar o valor justo do objeto (dívida) e do instrumento financeiro derivativo de proteção em linhas separadas, conforme demonstrado acima no quadro demonstrativo de análise de sensibilidade, de modo a informar sobre a exposição líquida da Companhia em cada

um dos três cenários mencionados. Salientamos o fato de que as operações com instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia têm como único objetivo o de proteção patrimonial. Desta forma, uma melhora ou piora em seus respectivos valores de mercado equivalerá a um movimento inverso nas correspondentes parcelas do valor da dívida financeira contratada, objeto dos instrumentos financeiros derivativos da Companhia.

Nossas análises de sensibilidade referentes aos instrumentos financeiros derivativos vigentes em 31 de dezembro de 2016 foram realizadas considerando, basicamente, as premissas relacionadas às variações nas taxas de juros de mercado e a variação do dólar americano utilizadas nos contratos de swap. A utilização destas premissas se deve exclusivamente às características de nossos instrumentos financeiros derivativos, os quais apresentam exposição somente às variações na taxa de juros e de câmbio.

### Quadro com ganhos e perdas com derivativos no exercício

	2016
Resultado líquido em operações de USD x CDI	(549.275)

### Gestão de capital

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do Grupo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital do Grupo, a Administração poderá rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras companhias do setor, o Grupo monitora dentre outros índices a alavancagem financeira medida com base no índice de Dívida Líquida sobre EBITDA.

O índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2016 e 2015 podem ser assim resumidos:

	2016	2015
Total dos empréstimos e financiamentos (Notas 20 e 38)	6.518.697	6.850.232
Arrendamento Mercantil - Passivo (Nota 16)	1.802.238	1.618.506
Arrendamento Mercantil - Ativo (Nota 16)	(204.762)	(199.935)
Dívidas ANATEL (Nota 19)	147.218	77.450
Menos: Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	(5.011.581)	(5.955.898)
Fundo cambial (Nota 5)	(479.953)	(599.414)
<b>Caixa líquido - Não auditado</b>	<b>2.771.857</b>	<b>1.790.941</b>
LAJIDA (EBITDA) (1) (últimos 12 meses) - Não auditado	4.976.880	6.454.718
<b>Índice de alavancagem financeira (*) - Não auditado</b>	<b>0,56</b>	<b>0,28</b>
(1) Reconciliação ao Lucro Líquido do exercício:		
Lucro Líquido do exercício	691.236	2.087.114
Depreciações e amortizações	3.615.142	3.199.327
Resultado Financeiro Líquido	426.400	261.370
Imposto de renda e contribuição social	244.102	906.907
LAJIDA (EBITDA) (Não auditado) (**)	4.976.880	6.454.718

(\*) A variação no índice inclui o efeito da venda de torres.

(\*\*) Lajida: lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização.

### 39. Remuneração da Administração

	2016	2015
Salários e outros benefícios de curto prazo	7.288	8.266
Pagamentos com base em ações	1.686	1.605
	<b>8.974</b>	<b>9.871</b>

### 40. Seguros

A Companhia mantém política de monitoramento dos riscos inerentes às suas operações. Por conta disso, em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possuía contratos de seguros em vigor para cobertura de riscos operacionais, responsabilidade civil, saúde, entre outros. A Administração da Companhia entende que as apólices representam valores suficientes para cobrir eventuais perdas. Os principais ativos, responsabilidades ou interesses cobertos por seguros e os respectivos montantes são demonstrados a seguir:

DIRETORIA	DIRETORIA	DIRETORIA	DIRETORIA	DIRETORIA	DIRETORIA	DIRETORIA	DIRETORIA
<b>Stefano De Angelis</b> Diretor Presidente	<b>Daniel Junqueira Pinto Hermeto</b> Purchasing & Supply Chain Officer	<b>Adrian Calaza</b> Chief Financial Officer	<b>Mario Giraloso</b> Regulatory and Institutional Affairs Officer	<b>Jaques Horn</b> Diretor Jurídico	<b>Leonardo de Carvalho Capdeville</b> Chief Technology Officer	<b>Pietro Labriola</b> Chief Operating Officer	<b>CONTADORA RESPONSÁVEL</b> <b>Manoela de Paiva Suassuna</b> CRC RJ-102467/0-5 "S" - CPF: 806.902.117-91

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante

### Modalidades

Riscos Operacionais	RS 34.202.524
Responsabilidade Civil Geral - RCG	RS80.000
Automóvel (Frota Executivos e Operacionais)	RS1.000 para Responsabilidade Civil Facultativo (Danos Materiais e Danos Corporais) e RS100 para Danos Morais

### Importâncias Seguradas

	RS 34.202.524
	RS80.000
	RS1.000 para Responsabilidade Civil Facultativo (Danos Materiais e Danos Corporais) e RS100 para Danos Morais

### 41. Compromissos

#### Aluguéis

A Companhia aluga equipamentos e imóveis por meio de diversos contratos de aluguel com vencimento em diferentes datas. Seguem abaixo os pagamentos mínimos futuros relacionados a esses contratos de aluguel:

2017	622.426
2018	650.436
2019	679.705
2020	710.292
2021	742.255
	<b>3.405.114</b>

### 42. Divulgações suplementares sobre informações dos fluxos de caixa

	2016	2015
Juros pagos	566.579	440.106
Imposto de renda e contribuição social pagos	175.320	218.214
Adições ao imobilizado e intangível - sem efeito no caixa	(137.199)	(1.244.803)
Aumento das obrigações de leasing - sem efeito no caixa	137.199	1.244.803

### 43. Outras informações relevantes

No dia 21 (a petição foi distribuída dia 20) de Junho de 2016, Oi S.A., Telemar Norte Leste S.A, Oi Móvel S.A., Copart 4 Participações S.A., Copart 5 Participações S.A., Portugal Telecom International Finance B.V. e Oi Brasil Holdings Coöperatief U.A. (conjuntamente "Oi"), ingressaram com pedido de recuperação judicial perante a 7ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro, cujo processamento foi deferido pela Justiça no dia 29 de Junho de 2016. Segundo a petição inicial, o objetivo desta ação foi proteger o caixa e ativos da Oi enquanto negocia um plano de recuperação judicial com seus credores, de forma a dar continuidade às suas operações. Oi apresentou junto com o pedido uma lista de credores, que atualmente se encontra sob análise do administrador judicial nomeado pelo juiz, que ainda não publicou a lista de credores revisada, com os créditos sujeitos ao processo de recuperação judicial. No dia 30 de setembro de 2016, foi publicado o edital contendo o texto do protocolo do Plano de Recuperação Judicial no processo. O plano de recuperação ainda não foi aprovado pelos credores e disporá a respeito da forma de pagamento dos créditos sujeitos à recuperação judicial, bem como outras medidas de recuperação do Grupo Oi.

O relacionamento entre a Companhia e Oi se origina principalmente de atividades reguladas de interconexão e de compartilhamento de infraestrutura, necessárias a operação de ambas as operadoras. Desta forma, a posição ativa líquida da Companhia em relação à recuperação judicial de Oi na data de 20 de junho de 2016, é a seguinte:

Interconexão	14.150
Outras relações comerciais para compartilhamento de infraestrutura	1.356
Total	<b>15.506</b>

A Administração da Companhia com base nas informações disponíveis na data de preparação das demonstrações financeiras não realizou provisão adicional para os valores em aberto junto a Oi, uma vez que o plano de recuperação apresentado pela Oi, ainda em análise pelos credores, apresentou um cenário onde os fornecedores parceiros poderiam ser pagos em até 2 anos e também foi considerada a materialidade dos saldos envolvidos e a natureza dos serviços entre as partes.

Em dezembro de 2016, a Área Técnica da Anatel emitiu Despacho Decisório por meio do qual confirmou entendimento dos efeitos da Resolução n.º 639 de 01 de julho de 2014, determinando a aplicação de Valores de Referência para o provimento de EILD e indicando uma redução dos valores cobrados pela Oi à TIM a partir de 25 de fevereiro de 2016. A Companhia notificou o Grupo Oi sobre os termos da decisão, que continuam sendo discutidos entre as partes. Cabe destacar que a Companhia, inclusive, já acordou com outras operadoras de telefonia a compensação dos referidos valores pagos a maior durante o período mencionado.

### 44. Eventos subsequentes

A Administração da TIM Celular S.A., na reunião de 08 de março de 2017, propôs a destinação de R\$45.000, relativos ao resultado do exercício de 2016, para pagamento de dividendos complementares. Tal destinação não foi registrada nos saldos contábeis de 2016, pois ainda depende de aprovação da Assembleia de Acionistas da Companhia.

Aos Administradores e Acionistas

### TIM Celular S.A.

#### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da TIM Celular S.A. (a "Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da TIM Celular S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

#### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### Parágrafo de ênfase - Transações com partes relacionadas

Chamamos atenção para as Notas 1 e 13 às demonstrações financeiras, que descreve que a Empresa mantém contratos de mútuo em montantes significativos com partes relacionadas nas condições nelas descritas. Dessa forma, essas demonstrações financeiras devem ser analisadas nesse contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e,

de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 8 de março de 2017

PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes  
CRC 2SP00160/0-5 "F" RJ

**Alexandre Fermino Alvares**  
Contador  
CRC 1SP211793/0-5 "S" RJ